



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

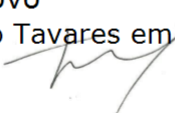
D. ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 13/ 2021 . mjose

DATA : 04/02/2021	
NIPG : 5255/19	DE : Maria José Costa
REGISTO (DOC.) : 935/21	PARA : Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	ASSUNTO : Peças do procedimento – Aquisição de um projetor
PROCESSO : -----	

DESPACHO :

Aprovo
Eduardo Tavares em 06-02-2021



PARECER :

Pode o Srº Presidente aprovar a abertura e Peças do procedimento – Aquisição de um projetor.
Deve ainda, assinar o convite e cadernos.

Carla Victor em 05-02-2021

carla

SEGUIMENTO:

TEXTO :

No cumprimento do Despacho Superior de 4 de fevereiro de 2021 do Presidente da Câmara Municipal, exarado no doc 109/21, cumpre informar sobre os trâmites legais, para efeitos do presente procedimento.

Da decisão de contratar:

De acordo com o estipulado nos art.º (s)32º. a 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada(doravante designado por CCP), solicita-se autorização para a Aquisição de um projetor led smd 200W ip 65 6550K.

Escolha do tipo de procedimento:

Para os efeitos previstos, no art.38.º do CCP, propõe-se que, seja realizado um procedimento através de ajuste direto conforme informação da Coordenadora Técnica do Aprovisionamento e Património em 03/02/2021.

Entidades a convidar:

Quanto ao número de entidades a convidar, prevê o art.114º, CCP, que, sempre que o considere conveniente, a entidade adjudicante pode convidar a apresentar proposta mais de uma entidade.

Propõe-se, que seja convidada a seguinte entidade prestadora deste tipo de bens, conforme indicação do Técnico Superior Filipe Pinheiro.

-Fernando Joaquim Vilares.

De acordo com a informação reportada pela Coordenadora Técnica do Aprovisionamento e Património, verifica-se o cumprimento do disposto no n.º (s) 2 e 5 do artigo 113.º do CCP, não se verificando qualquer impedimento legal para efeitos de convite.

Preço:

Para os efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.1 do art. 47.º do CCP, conforme informação Coordenadora Técnica do Aprovisionamento e Património em 03/02/2021, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de € **180,00** (cento e oitenta euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a satisfazer pela proposta de cabimento 178/2021.

O preço foi fixado, com base em procedimentos anteriores conforme indicação da Coordenadora Técnica do Aprovisionamento com a referencia da PAQ 199.

Do Júri do procedimento:

Nos termos do artigo 67.º do CCP, os procedimentos para a formação de contratos são conduzidos por um Júri, salvo no caso de ajuste direto em que tenha sido apresentada uma única proposta. Dispensa-se assim, a constituição de Júri do procedimento.

Caução:

Não à lugar a prestação de caução.

Das diversas fases de procedimentais:

Depois de ponderados os aspetos supra referidos, cumpre informar sobre as diversas fases do procedimento:

a)Do prazo para a apresentação de proposta:

O prazo para a apresentação de proposta, pela entidade adjudicatária, é fixado livremente no convite, devendo, no entanto, ser respeitado um período razoável para a preparação da proposta, tendo em conta as características e a complexidade das prestações a realizar (art.º 63º/2. CCP).

b)Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento: Fixando-se um prazo de 3 (três) dias para apresentação de proposta, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, bem como as retificações das mesmas, podem ser prestados ou efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo (artº116º, CCP).

c)Da adjudicação: Depois de adjudicado, notifica-se a decisão da adjudicação e subseqüentemente pede-se ao concorrente os documentos de habilitação referidos no art.º 81º/1, CCP. No presente caso deve o concorrente apresentar no ato da apresentação da proposta apresentar os documentos de habilitação conforme é solicitado no convite.

Entidade competente:

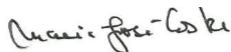
Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei no 197/99, de 8 de Junho, que se mantêm em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, a entidade competente para autorizar a despesa é do Presidente da Câmara Municipal.

CONCLUSÃO :

Propomos:

Aprovação do Convite e Caderno de Encargos, que vão em anexo à presente informação.

A Técnica Superior:



04-02-2021 M^aJose Costa

Maria José Costa